

BOLETIM SINASEFE IFSUL

ACESSE: WWW.SINASEFEIFSUL.ORG.BR/



INFORMATIVO DO SINASEFE SEÇÃO
SINDICAL DO IFSUL
JULHO DE 2018

PL QUE PROÍBE VENDA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM SUPERMERCADOS É APROVADO POR COMISSÃO NA CÂMARA

No dia 13 de junho, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o PL 4576/2016. O texto prevê, como proposta principal, alterar a Lei nº 10.831, conhecida como Lei da Agricultura Orgânica, para “dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos”.

Basicamente, o PL 4576/2016 delimita que produtos orgânicos só poderão ser vendidos diretamente para o consumidor em feiras livres ou em propriedade particular. “Em razão da maior complexidade do processo produtivo e da menor escala de produção, os produtos orgânicos ainda têm preços significativamente mais elevados que aqueles produzidos de forma convencional. Este fato, associado à preferência dos consumidores pelos produtos orgânicos, tem atraído comerciantes desonestos às feiras especializadas”, justifica o autor do projeto, deputado Edinho Bez (MDB-SC), no próprio PL.

A proposta, no entanto, não parece beneficiar nem vendedores ou consumidores. No Brasil, o principal ponto de vendas de orgânicos é o supermercado. De acordo com uma pesquisa feita pelo Conselho Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável (Organis) apresentada em 2017, a maior incidência do consumo é na região Sul do país – dos quais 71% dos consumidores compram frutas e verduras orgânicas no varejo convencional.



Oportunismo Desenfreado

GOVERNO APROVEITA COMOÇÃO EM TORNO
DA COPA DO MUNDO PARA ENCAMINHAR
“PAUTAS-BOMA” EM BRASÍLIA



Aproveitando o momento de comoção nacional em torno da Copa do Mundo de Futebol, o governo – através de seus fiéis representantes do legislativo – tem aproveitado para empurrar uma série de pautas-bomba. Ou seja, projetos amplamente rejeitados pela sociedade e que atendem a interesses escusos de pequenos grupos.

Somente nas últimas semanas, foram aprovados: o Pacote do Veneno (que revoga a lei atual que controla o uso de agrotóxicos e flexibiliza o sistema de registro, controle e fiscalização do produto no Brasil); a Proibição da venda de produtos orgânicos nos supermercados; e a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde o governo foi derrotado em sua tentativa de congelar os salários até 2020 e eliminar a criação de novos cargos no funcionalismo público. Mas conseguiu manter o congelamento de benefícios como auxílio-alimentação e refeição, auxílio-moradia e assistência pré-escola).

Veja alguns dos ataques foram encaminhados e aprovados nas últimas semanas e algumas notícias que mostram o retrocesso promovido por dois anos de governo ilegítimo.

COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA APROVA 'PACOTE DO VENENO'

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que debate o Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, conhecido como “PL do Veneno”, aprovou, no dia 25 de junho, o relatório apresentado pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR), que argumentou por sua aprovação no plenário. Foram 18 votos favoráveis e nove contrários ao texto, que, por ter sido analisado por uma Comissão Especial, não precisa passar pelas comissões permanentes e pode ser colocado na Ordem do Dia da Casa para votação definitiva.

O projeto tem como objetivo flexibilizar as regras para facilitar a adoção de novos agrotóxicos no país. Caso seja aprovado na Câmara dos Deputados, deve passar ainda pelo Senado e pela sanção presidencial. Mais de 200 organizações da sociedade civil também lançaram manifesto contrário ao PL. No próprio site da Câmara, consulta digital não vinculativa indica que 90% da população rejeita as mudanças propostas na legislação.

Fonte: Brasil de Fato

ATAQUE AOS SERVIDORES:

LDO 2019: GOVERNO TENTA PROIBIR CONCURSOS E CONGELAR SALÁRIO DE SERVIDORES



Foi aprovado nesta quarta-feira, 11, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Com a mobilização dos trabalhadores, dois pontos nevrálgicos do texto – que atacavam diretamente os servidores público federais – foram derrotados. O texto proibia o reajuste salarial aos servidores federais, a criação de cargos e alteração de estrutura de carreiras federais, ainda com efeitos financeiros, posteriores a 2019.

A pressão exercida pelas entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais – que estiveram mobilizadas nos últimos dias, em Brasília – surtiu efeito. A maior parte dos partidos, inclusive da base governista, mudou sua orientação ao longo da votação, passando a apoiar a derrubada do dispositivo, que foi excluído da LDO por 209 votos a 45, com três obstruções. O Plenário também retirou do texto o artigo 15, inciso 3, que previa a redução de pelo menos 5%, em relação à programação de 2018, nas despesas de custeio administrativo.

A retirada do congelamento da LDO, no entanto, não garante que os servidores recebam o reajuste previsto para 2019. Ainda assim, é uma importante conquista que garante, pelo menos, a possibilidade de que os trabalhadores possam seguir na luta para que este reajuste – já acordado com o governo – se efetive.

*Com informações do ANDES-SN

CÂMARA APROVA PROJETO QUE TIRA ATÉ 70% DO PRÉ-SAL DA PETROBRAS

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 20 de junho, o Projeto de Lei (PL) 8.939/2017, que autoriza a Petrobras a negociar com outras empresas parte dos seus direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos. A área foi cedida pela União em 2010, por meio da chamada cessão onerosa, com a Lei 12.276, de 2010, limitada à extração de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Pelo projeto, a estatal pode transferir até 70% de seus direitos.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) também aponta prejuízos aos países. “Enquanto o povo está às voltas com a Copa do Mundo, os mesmos parlamentares que orquestraram o impeachment da presidente Dilma Rousseff e que flexibilizaram a Lei de Partilha para tirar da Petrobras a função de operadora exclusiva do pré-sal agora voltam a atacar a soberania nacional com mais este assalto ao patrimônio público”, afirma a entidade.

GOVERNO RETIRA 70% DA VERBA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

A fiscalização da exploração de crianças e do trabalho análogo à escravidão não é prioridade para o governo Temer. No ano passado, foram congelados 70% do orçamento do setor e a quantidade de auditores é a menor em 20 anos. De 2015 para 2017, caiu quase pela metade o resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão. “A gente tem o menor número de auditores fiscais do trabalho de todos os tempos, desde que a inspeção do trabalho foi instituída no Brasil”, afirma a auditora fiscal do trabalho Livia dos Santos Ferreira.

COM TEMER, 64 MIL EMPRESAS FECHARAM AS PORTAS E DEDITAM 2 MILHÕES

Desde que Michel Temer assumiu a gestão do país, 64.368 empresas brasileiras fecharam as portas e 2,13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram demitidos. Os setores mais prejudicados foram construção e indústria. Entre 2015 e 2016, o número de empresas registradas no Brasil caiu 1,3%, de 5.114.983 para 5.050.615. E o total de empregados caiu 4% – de 53.541.695 para 51.411.199. O total de salários e remunerações pagas no país também teve queda (3%) – de R\$ 1,66 trilhão para R\$ 1,61 trilhão. O salário médio mensal registrou alta de 0,7% – de R\$ 2.643,56 para R\$ 2.661,18. O setor de construção demitiu 20,5% dos trabalhadores e trabalhadoras entre 2015 e 2016, serviços (-15,6%), indústrias extrativas (-8,1%) e indústria de transformação (-5,1%).

CORTES DE 94,9% EM PROGRAMAS SOCIAIS FEITOS POR TEMER ABREVIAM FUTURO DOS BRASILEIROS

Menos Moradias: O Minha Casa Minha Vida saiu de um orçamento de R\$ 23,55 bilhões em 2015 para R\$ 8,40 bilhões em 2016. Estavam previstos apenas R\$ 3,69 bilhões em 2017, e se projeta um investimento de R\$ 1,2 bilhão neste ano, ou seja, uma queda brusca de 94,9% em relação ao valor de 2015. Não são apenas os cortes impulsionados pelo governo que influenciam o acesso ao programa. As regras também estão sofrendo mudanças.

Menos Educação: Mudanças também chegaram no Programa Universidade para Todos (Prouni), lançado em 2004. Em 2015, apesar do aumento no número total de bolsas do Prouni, houve uma queda no número de bolsistas integrais. Em 2016, houve um corte de 80 mil bolsas integrais oferecidas pelo programa na tentativa de diminuir os gastos públicos. O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais.

HAPPY

HOUR DO

Sinasefe-Ifsul

03 DE AGOSTO | 19H

CARRETEIRO & FEIJOADA DO VAVÁ BEBIDAS • AMIGOS

NA SEDE DO SINASEFE-IFSUL
RUA XV DE NOVEMBRO, Nº224